

Plenário troca estabilidade por indenização a demitidos

Janio de Freitas

As voltas com a volta

Vale a pena dar um pulo lá fora só para sentir a delícia da volta. Já a chegada ao Galeão —perdão, ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro— é uma festa maternal. Vários aviões chegam ao mesmo tempo e os blocos de passageiros vão se misturando nos corredores largos, limpos, envidraçados para o panorama bucólico dos subúrbios. Alguma coisa vai juntando aquela massa alegre e descansada em um bolo cada vez mais compacto, em que todos se acotovelam, se empurram e ninguém anda. Não é nada: a escada rolante não está funcionando, deve ser coisa importada e mal-construída.

Mas as pessoas não podem descê-la pelas próprias pernas. Não só a escada mesmo está atulhada, como ao pé dela há mais gente ainda e mais espremida ainda. São vinte e poucos degraus, cuja descida exige o mesmo tempo dos 300 degraus da igreja da Penha, que o janelão destaca na primeira vista panorâmica oferecida aos bem-vindos (os arquitetos têm sutilezas admiráveis). E então o engarrafamento se explica: há quatro guichês vazios e só dois funcionando, para que a polícia, com a calma reflexiva que os bons policiais têm, esmiuça cada passaporte, datilografe um negócio qualquer no computador, espere uma resposta cabalística, datilografe mais alguma coisa, e só depois da nova informação preciosa fornecida pelo computador escolha, com todo o esmero estético, um recanto do passaporte onde dar uma carimbada.

Entre o topo da escada e o gesto elegante com que o passaporte é jogado no balcão, como um troço vagabundo de boteco, uma hora e 35 minutos. Mais ou menos um sexto do tempo dispendido entre a Europa e o Rio. Exatamente como na era paranoica de Médiçi (mas não lembre agora este nome ao deputado Ulysses Guimarães).

Enfim, é só pegar um carrinho de bagagem, apanhar a própria —e lá vem outra vez aquele bando de americanos irritados não se sabe por que. Calma, é só pegar o carrinho lá na frente e a bagagem aqui. Como não há carrinho? Não há carrinho. São mais 10 minutos à procura de uma das autoridades em carrinho. Demora compensada pela pronta solução: nós temos 1.041 carrinhos, mas a esta hora chegam juntos cinco aviões com uns 1.600 passageiros e o jeito é esperar os carrinhos que vão trazer lá de fora.

Bastou esperar os 20 minutos, ou dois terços do tempo de voo entre aquele mesmo aeroporto e São Paulo, para que os carrinhos voltem ao ponto de origem pelo percurso inventivo da arquitetura. Exatamente: como convém à era eficiente de Sarney.

Vale a pena dar um pulo lá fora só para encontrar, à espera, uma vasta pilha de jornais a serem lidos em três dias. O jornalismo impõe atividades muito agradáveis. E sobretudo as imprime. Como esta que

devem ter tido os constituintes que em apenas 15 dias se converteram maciçamente aos quatro anos. Na saída, só o senador Mário Covas e o deputado Joaquim Francisco asseguravam que os cinco anos terminariam perdendo. Na volta, mostram os jornais que nem houve um processo evolutivo de conversão, mas um pulo coletivo. Como se trata de gente que não adota decisões levianas, há de ter havido intensa atividade reflexiva.

A mesma que terá levado à inovação da UDR, ao leiloar em Pernambuco um biquíni e duas noites em motel. Não se compreendia mesmo aquele negócio de leiloar bois para arrecadar fundos. Para ter fundos à vista, nada melhor do que biquíni e motel. E, dada a excitação que Ronaldo Caiado provoca nas mal-amadas da pecuária, a insistir em bois bastaria leiloar só uma parte —os chifres, ou outra qualquer.

Este monturo de notícias sobre corrupção do e no governo nem merece ser lido. Mesmo porque é incontível a curiosidade: que fantástico programa de governo, que extraordinário projeto de Brasil terá o deputado Ulysses Guimarães proposto ao PMDB e ao país, para tão de repente, segundo o noticiário e os comentários, quase tornar dispensável a eleição para escolha do sucessor de Sarney?

Bem, há uma entrevista aqui, nos jornais de quarta-feira de Cinzas e por ele concedida eloquentemente na terça de Carnaval. Nela, desce aos primórdios do século passado, rememora o papel dos brucutus da Junta Militar e avisa que, transformado em marretero, vai tirar a Constituição "na marra". Mas não explica por que a Constituição não será feita pelo trabalho responsável e honesto dos constituintes, nem dá ao presidente Sarney, como há 13 meses se espera do presidente da Constituinte, a lição merecida por quem quer uma Constituição feita na base do "dar para receber". Limita-se a ensinar que Sarney não é Pedro I e não integra "os três patetas", o que pode estar à altura do ensino brasileiro, mas seria duvidoso que valesse para criar um presidente da República.

Não pode ter sido só aquela entrevista a empolgar tantos políticos e jornalistas sérios, experimentados. Ah, o deputado Maurílio Ferreira Lima, do melhor grupo peemedebista, deve estar explicando tudo aqui: "Do Carnaval para cá, o Ulysses se agigantou, ocupou todos os espaços. Hoje é imbatível." Mas do Carnaval a esta declaração passaram-se quatro dias. E antes se passaram dois anos e 11 meses de deterioração do país, pela deterioração do governo e da Constituinte, com responsabilidades muito nítidas por isto.

Não vale a pena dar um pulo lá fora. Em poucos dias a gente perde o hábito e aí fica em dificuldades para apreender a seriedade nacional.

Da Sucursal de Brasília

O texto resultante do acordo entre a liderança do PMDB e o Centrão, sobre a estabilidade no emprego, foi aprovado às 18h de ontem pelo plenário do Congresso constituinte, na maior votação realizada até agora (528 votantes, de um total de 559 parlamentares). A proposta obteve 373 votos a favor, 151 contra e 4 abstenções. Até ontem, a maior votação tinha sido a do terrorismo, que reuniu 526 parlamentares. Os parlamentares dos partidos de esquerda, do PTB e do Movimento de Unidade Progressista (MUP) do PMDB, votaram contra o acordo, alegando que ele eliminou a estabilidade no emprego.

Conforme o texto aprovado, a relação de emprego será protegida "contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos". Isto significa que a Constituinte não garante a estabilidade no emprego. O empregador poderá demitir seus funcionários sem qualquer restrição. Será obrigado, porém, a pagar uma indenização em dinheiro ou outros direitos que venham a ser estabelecidos pelo Congresso regular.

O acordo estabelece uma regra provisória para o pagamento da indenização, que entrará em vigor imediatamente após a aprovação da nova Carta. Esta parte do acordo será votada nas "Disposições Transitórias". O artigo prevê que o assalariado demitido sem justa causa receberá seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mais 40% do total de depósitos do Fundo (em vez dos 10% atuais). Quando o Congresso aprovar a lei complementar, este artigo deixará de ter valor legal. Será substituído por uma lei que fixará em definitivo o valor da indenização e outros direitos dos trabalhadores, que poderão dificultar (não impedir) as demissões imotivadas (sem outro motivo que a decisão do empregador). A votação da lei complementar pode demorar anos ou nunca vir a acontecer. Neste caso, as "Disposições Transitórias" mantêm sua validade.

Protestos

A aprovação do texto do acordo foi precedida por uma série de protestos dos partidos de esquerda e dos "progressistas" do PMDB. O coro foi engrossado pelo líder do PTB na Câmara, Gastone Righi (SP), do

Da Sucursal de Brasília

A liderança do PMDB e o deputado Ulysses Guimarães jogaram todos os seus trunfos na aprovação do acordo de ontem sobre garantia de emprego porque detectaram no Palácio do Planalto a disposição de forçar o impasse nesta questão, apurou a Folha. O senador Mário Covas, principal personagem da votação de ontem, foi bombardeado por toda a esquerda pelo acordo e respondeu com uma frase significativa, na tribuna do plenário do Congresso constituinte.

"Vivemos um momento dramático e querer situá-lo ao plano pessoal é diminuí-lo a um nível insuportável", disse o senador. "Nós não estamos fazendo uma CLT e sim uma Constituição, onde nem sempre se pode conseguir o que se quer", acrescentou, sob críticas da esquerda de seu próprio partido e literal-



Covas e Joazeiro, no gabinete do líder do PMDB na Constituinte

mente de todos os partidos de esquerda. A referência ao Palácio do Planalto ficou clara no curto discurso do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), logo em seguida ao discurso de Covas. "Há aqui um vencedor e um perdedor. O vitorioso é o acordo, que permitiu à sociedade caminhar, e o perdedor é o impasse." A frase foi combinada com a liderança do PMDB com destino certo: o presidente Sarney.

Na última sexta-feira, na casa de Ulysses Guimarães, o senador Mário Covas ouviu do presidente do PMDB um relato de sua conversa com o presidente José Sarney, na sexta-feira anterior. O relato de Ulysses mostrou que o presidente Sarney estava aborrecido e até "belicoso" (palavras de Ulysses) com o Congresso constituinte.

Este quadro só reforçou em Covas a convicção de que o acordo deveria

seu obtido a qualquer custo. Ac contrário de sua atuação no fim do ano passado, quando aliou-se com a esquerda e perdeu para o Centrão a votação do novo regimento da Constituinte, Covas agora perseguiu um acordo, ainda que sacrificando aquela mesma esquerda. "Foi o acordo possível", disse o senador.

A segunda preocupação de Covas foi a possibilidade de o Centrão, se não houvesse acordo, conseguir aprovar sozinho um texto próprio. Seria, neste caso, nova derrota da liderança do PMDB e, pior, a rearticulação do Centrão no plenário do Congresso constituinte. "Covas deu um tiro mortal no Centrão", disse o deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), sobre o acordo.

Sua atitude, na verdade, expressou a convicção de toda a cúpula do PMDB de que o acordo teria que ser conseguido a qualquer custo. Pessoalmente, para Covas, o acordo

O que foi aprovado

Capítulo II

Dos Direitos Sociais

Art. 7º — São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I — relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II — seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

O texto do acordo

Este é o texto que será votado nas Disposições Transitórias:

"Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o artigo 7º, inciso I, desta Constituição, a proteção ali referida, qualquer que seja o tempo de serviço, cingir-se-á a um aumento para quatro vezes da porcentagem prevista no artigo 6º da Lei 5.107, de 13 de setembro de 1966, e da do seu parágrafo 1º."

que estava respeitando a vontade da maioria dos integrantes de sua bancada. O senador disse que, dos mais de 300 peemedebistas, havia conseguido ouvir 165, dos quais 148 se posicionaram favoravelmente ao acordo. "Nem sempre se pode ter o que se quer", afirmou.

Destaque

Antes que o texto do acordo fosse votado, o deputado José Genoino (PT-SP) solicitou à Mesa que colocasse em votação um destaque de votação em separado (DVS) de sua autoria, pelo qual o texto originalmente proposto pelo Centrão precisaria de 280 votos para ser mantido. Pelo regimento, argumentou Genoino, os DVS têm prioridade de votação.

Depois de mais de meia hora de discussão, o deputado Ulysses Guimarães anunciou que seria votado o texto do acordo, não o DVS de Genoino. O líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro (RJ), que denunciara há dias o voto "fantasma" de Sarney Filho, disse então que, com esta decisão, o "pianista" estava absolvido, pois tinha cometido falha muito menos grave que o presidente do Congresso constituinte.

PMDB chega a acordo por temer impasse

Da Sucursal de Brasília

A liderança do PMDB e o deputado Ulysses Guimarães jogaram todos os seus trunfos na aprovação do acordo de ontem sobre garantia de emprego porque detectaram no Palácio do Planalto a disposição de forçar o impasse nesta questão, apurou a Folha. O senador Mário Covas, principal personagem da votação de ontem, foi bombardeado por toda a esquerda pelo acordo e respondeu com uma frase significativa, na tribuna do plenário do Congresso constituinte.

"Vivemos um momento dramático e querer situá-lo ao plano pessoal é diminuí-lo a um nível insuportável", disse o senador. "Nós não estamos fazendo uma CLT e sim uma Constituição, onde nem sempre se pode conseguir o que se quer", acrescentou, sob críticas da esquerda de seu próprio partido e literal-

mente de todos os partidos de esquerda.

A referência ao Palácio do Planalto ficou clara no curto discurso do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), logo em seguida ao discurso de Covas. "Há aqui um vencedor e um perdedor. O vitorioso é o acordo, que permitiu à sociedade caminhar, e o perdedor é o impasse." A frase foi combinada com a liderança do PMDB com destino certo: o presidente Sarney.

Na última sexta-feira, na casa de Ulysses Guimarães, o senador Mário Covas ouviu do presidente do PMDB um relato de sua conversa com o presidente José Sarney, na sexta-feira anterior. O relato de Ulysses mostrou que o presidente Sarney estava aborrecido e até "belicoso" (palavras de Ulysses) com o Congresso constituinte.

Este quadro só reforçou em Covas a convicção de que o acordo deveria

ser obtido a qualquer custo. Ac contrário de sua atuação no fim do ano passado, quando aliou-se com a esquerda e perdeu para o Centrão a votação do novo regimento da Constituinte, Covas agora perseguiu um acordo, ainda que sacrificando aquela mesma esquerda. "Foi o acordo possível", disse o senador.

A segunda preocupação de Covas foi a possibilidade de o Centrão, se não houvesse acordo, conseguir aprovar sozinho um texto próprio. Seria, neste caso, nova derrota da liderança do PMDB e, pior, a rearticulação do Centrão no plenário do Congresso constituinte. "Covas deu um tiro mortal no Centrão", disse o deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), sobre o acordo.

Sua atitude, na verdade, expressou a convicção de toda a cúpula do PMDB de que o acordo teria que ser conseguido a qualquer custo. Pessoalmente, para Covas, o acordo

trouxera uma vantagem e uma desvantagem. Por um lado ele credenciou-se novamente como interlocutor dos grupos moderados da Constituinte. "O PMDB teve uma atitude de grandeza", disse o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos principais negociadores do Centrão junto à liderança peemedebista.

O preço foi o divórcio entre Covas e a esquerda. "Ele fez isso porque para ser governador de São Paulo tem que ter apoio da Fiesp", afirmou o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), do MUP, a ala esquerda do PMDB.

"Foi uma marretagem. Em lugar do Ulysses era melhor estar o Mário Amato (presidente da Fiesp) presidindo a sessão e em lugar do Covas deveria estar o Albano Franco (presidente da Confederação Nacional da Indústria)", afirmou o deputado Luís Inácio Lula da Silva (SP), líder do PT no Congresso.

(Alexandre Polesi)

Editoria de Arte

Para Serra, acordo atenua a "rotatividade selvagem"

Da Sucursal de Brasília

O deputado José Serra (PMDB-SP) disse ontem que o texto sobre garantias ao assalariado demitido sem justa causa aprovado pelo plenário do Congresso constituinte foi fruto de um "bom entendimento" capaz de impedir a "vitaliciedade no emprego" e, simultaneamente, "atenuar a rotatividade selvagem que existe hoje em dia".

Para Serra, o texto votado "é melhor" que a disposição sobre o assunto no projeto da Comissão de Sistematização. "O projeto da Sistematização nem dava a estabilidade que os sindicatos acreditavam que garantia, nem deveria ser motivo para ansiedade que causou nos empresários, somente criava confusão no mercado de trabalho", disse o parlamentar.

Acordo alcançado para a definição do tema, segundo Serra, terá repercussões sobre o "andamento interno da Constituinte" e "do ponto de vista da estabilidade política do país". Em sua avaliação, "há forças



O deputado José Serra (PMDB-SP)

políticas que querem desestabilizar a Constituinte e o país e, se não houvesse acordo, estas forças sairiam fortalecidas". Serra não identificou quais forças seriam essas, mas disse que tanto empresários como sindicalistas poderiam fortalecê-las.

AS CINCO PROPOSTAS

Projeto Cabral-1	Projeto Cabral-2	Projeto de Sistematização	Projeto do Centrão	Texto aprovado no plenário
"Contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei."	"Garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em: a) contrato a termo, nas condições e prazos da lei; b) falta grave, assim conceituada em lei; c) justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infartório na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação no trabalho."	"Garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em: a) contrato a termo, nas condições e prazos da lei; b) falta grave, assim conceituada em lei; c) justa causa, baseada em fato econômico intransponível, fato tecnológico ou infartório de empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho."	"Estabilidade no emprego, após doze meses, mediante garantia de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado, nos casos de demissão sem justa causa, e, nos casos de força maior, de indenização na forma da lei."	"Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos."